

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - JUNHO DE 2021

A Administração do Banco Industrial do Brasil S.A. ("Banco ou "BIB") submete à vossa apreciação as Demonstrações Financeiras, Individuais e Consolidadas, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2021, contemplando o Relatório da Administração e as correspondentes informações financeiras, revisadas pelos Auditores Independentes, sem ressalvas.

Cenário Econômico

As notícias em torno da pandemia são positivas. A vacinação segue em ritmo forte e os números de novos casos e óbitos têm recuado de forma consistente. EUA e Europa alcançaram o controle e conseqüentemente lideram o movimento de reabertura da economia, ao mesmo tempo que os emergentes seguem na mesma direção.

O destaque nos EUA, foi em relação ao FED que manteve a taxa básica de juros entre 0% e 0,25% e sinalizou que mesmo com a inflação acima do esperado, não irá retirar o estímulo monetário em curto prazo, visto que entendem que esse cenário é associado a fatores transitórios e que não apresentam risco no médio prazo. Na Europa, a aceleração no ritmo de vacinação levou a maior abertura da economia e maior crescimento de alguns setores, como o de serviços. Ainda assim, o nível de atividade segue abaixo do americano, e a inflação também, com nível ao consumidor de 2,0% a.a., dentro da meta.

No Brasil os indicadores econômicos apontam também para um ambiente de recuperação, a projeção de crescimento do PIB foi revisada para cima. O Copom elevou a taxa básica de juros (SELIC) em 0,75% na última reunião, e indicou que haverá um novo aumento nesse mesmo ritmo na próxima, podendo acelerar caso as expectativas de inflação sigam se descolando da meta.

A sinalização da continuidade do aumento na taxa básica de juros combinado com o saldo positivo da balança comercial, ajudou entre outros fatores, na valorização do Real.

No campo político, a reforma tributária está em sua segunda rodada de negociação no Congresso e as principais mudanças foram a extinção de juros sobre o capital próprio (JCP), inclusão de taxação de imposto com dividendos e a diminuição da alíquota de IRPJ.

No campo fiscal, a arrecadação do governo tem crescido nos últimos meses, melhorando a percepção do mercado sobre as contas públicas desse ano, refletindo de forma positiva na precificação dos ativos brasileiros.

Devido ao cenário atual, a Administração do BIB manterá o foco na manutenção dos altos índices de liquidez e do perfil conservador na concessão de crédito.

Perfil de Atuação

O Banco Industrial do Brasil S.A. atua essencialmente como um banco de crédito, focado no financiamento de médias empresas, e atendendo grandes empresas também, através da oferta de produtos competitivos e complementares, direcionados, sobretudo, às necessidades de capital de giro dos clientes. Atua também na concessão de crédito pessoal consignado, buscando manter a composição da carteira de crédito em aproximadamente 85% de operações de atacado e 15% de varejo.

A Administração do Banco prioriza a elevada qualidade da carteira de crédito, adotando, para tanto, uma política conservadora de concessão e o desenvolvimento de relacionamentos de longo prazo com os clientes. Todas as operações são submetidas à aprovação do Comitê de Crédito. Os clientes são avaliados segundo parâmetros objetivos, que levam em consideração a capacidade financeira, a liquidez das garantias, a pontualidade no cumprimento das obrigações e o desempenho dos recebíveis.

A Tesouraria não opera com o objetivo de obter resultados, e sim de garantir *funding* competitivo e adequado ao perfil dos ativos do Banco e de eliminar as exposições em prazo, moeda e taxa de juros. O caixa é gerenciado visando à manutenção de um confortável nível de liquidez, cujo saldo no final do período representava 51,3% do patrimônio líquido. Por fim, o Banco mantém um elevado grau de capitalização, refletido no Índice de Basileia de 13,0%.

Desempenho

O BIB registrou lucro líquido de R\$ 36,4 milhões no primeiro semestre de 2021, e uma taxa de retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE) anualizado de 12,0%. O patrimônio líquido, no encerramento do semestre, atingiu o saldo de R\$ 624,3 milhões.

Crédito

A carteira de crédito do Banco, totalizou R\$ 4.627,4 milhões, representando aumento de 67,6% quando comparado com o mesmo período do ano passado. Já a carteira de crédito expandida, incluindo as garantias prestadas a terceiros, totalizou R\$ 4.775,4 milhões. O Banco mantém cobertura de mais de 90% da carteira com recebíveis e garantias reais de alta liquidez, o que contribui com a manutenção da baixa taxa de inadimplência, que representava 0,9% da carteira ao final do semestre, considerando os créditos vencidos acima de 90 dias.

O segmento de *middle market* encerrou o semestre com um volume de R\$ 4.099,1 milhões, conforme nota explicativa nº 8. A carteira de varejo, que compreende as operações de crédito consignado, apresentou um aumento, totalizando R\$ 528,3 milhões, quando comparado com o mesmo período do ano passado.

O BIB prioriza a elevada qualidade de sua carteira, adotando, para tanto, uma política conservadora de concessão de crédito. O Banco aprova limites de crédito específicos para cada perfil de cliente, segundo parâmetros objetivos, levando em conta sua capacidade financeira, a prestação de garantias de elevada liquidez, a pontualidade no cumprimento de suas obrigações e a avaliação do desempenho da sua carteira de recebíveis.

Captações

As captações do Banco Industrial totalizaram R\$ 4.524,5 milhões no final do semestre, representando crescimento de 37,3% em relação ao mesmo período do ano passado. A captação nacional, que representa a principal origem de recursos da Instituição, ocorre principalmente por meio de depósitos a prazo (CDB, LCA, LCI e LF) e interfinanceiros. Tais carteiras atingiram, no encerramento do período, o saldo de R\$ 3.355,5 milhões, representando crescimento de 45,4% em relação ao mesmo período de 2020.

Governança Corporativa

Administração: o BIB é administrado por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva, com os poderes conferidos pela legislação vigente e pelo Estatuto Social, cujo conteúdo encontra-se disponível para consulta no site de Relações com Investidores (ri.bib.com.br). A posse dos Diretores é condicionada à assinatura do Termo de Anuência de Administradores, por meio do qual se responsabilizam pessoalmente a se submeterem e a agirem em conformidade com o Contrato de Adesão ao Nível 1 de Governança Corporativa e o regulamento correspondente.

Código de Ética: aplicável a todos os administradores e funcionários do BIB, o Código de Ética reúne as diretrizes que devem ser observadas na atuação profissional para atingir os mais elevados padrões de conduta ética no exercício de suas atividades. Reflete a identidade cultural e os compromissos que o BIB assume perante os mercados em que atua. Pode ser consultado através do site de Relações com Investidores (ri.bib.com.br).

Controles Internos e Compliance: o Sistema de Controles Internos e *Compliance* adotado pelo BIB é composto por um processo estruturado que abrange todos os colaboradores, com o propósito de permitir a condução mais segura, adequada e eficiente das atividades desenvolvidas pelo Banco. Elaborado segundo as melhores práticas de mercado, constitui importante instrumento no exercício de assegurar o cumprimento das normas legais, das diretrizes, dos planos, dos procedimentos e das regras internas, bem como garantir sua revisão periódica e adequação, minimizando os riscos de perdas operacionais e o comprometimento da imagem.

Prevenção ao Crime de Lavagem de Dinheiro: o BIB conta com um programa de prevenção ao crime de lavagem de dinheiro para combater o uso indevido de seus produtos e serviços em prol da intermediação de recursos oriundos de atividades ilícitas e do financiamento ao terrorismo. Para tanto, instituiu um conjunto de políticas, processos, treinamentos e sistemas específicos que visam ao conhecimento de seus clientes e ao monitoramento de suas operações, possibilitando a identificação tempestiva de situações suspeitas ou atípicas, sua avaliação e notificação às autoridades competentes.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - JUNHO DE 2021

Risco Operacional: o processo de gerenciamento do risco operacional compreende as atividades de identificação e avaliação dos riscos, implantação das atividades de controle e avaliação periódica da sua eficácia, monitoramento das perdas financeiras resultantes da materialização dos eventos de risco, ações corretivas empreendidas, a fim de corrigir desvios identificados nos processos e comunicação das informações relevantes à tomada de decisão. Conta com a participação de todas as áreas funcionais da Instituição, através de seus Agentes Setoriais de *Compliance*, com reporte direto à Diretoria e ao Conselho de Administração.

Risco de Mercado: o risco de mercado é gerenciado segundo os preceitos definidos pelo Acordo de Basileia III, regulamentados no Brasil pelo Banco Central. O BIB monitora diariamente o nível de exposição de suas posições através do cálculo do VaR (*Value at Risk*) e da simulação de cenários de estresse. Os limites de exposição são definidos pelo Comitê de Risco de Mercado, que é convocado sempre que são observados desvios relevantes ou rompimento dos limites. O monitoramento é realizado de forma independente, pela área de *Compliance* e Riscos, reportado à Diretoria e à Mesa Financeira.

Risco de Liquidez: o BIB adota uma postura rigorosa na gestão do risco de liquidez. Para tanto, faz uso de um conjunto de controles e ferramentas que permite a aferição dos níveis adequados de recursos. O Banco mantém uma política conservadora de caixa mínimo, monitorado diariamente e submetido a cenários de estresse, que orientam a atualização do plano de contingência de liquidez.

Gerenciamento de Capital: o gerenciamento de capital no BIB constitui-se de um processo contínuo de monitoramento e controle dos níveis de capital da Instituição, para fazer face aos diferentes riscos associados à sua atividade. Além disso, o processo avalia de forma prospectiva as necessidades de capital, considerando as metas e os objetivos estratégicos do Banco, além de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Risco de Crédito: o gerenciamento do risco de crédito constitui um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, aferição e diagnóstico dos modelos, instrumentos, políticas e procedimentos vigentes. Tem como base o cenário econômico e suas perspectivas, as especificidades e o comportamento de cada setor da economia, o desempenho histórico e a experiência do Banco no gerenciamento de seus ativos de crédito. O processo de análise é conduzido com elevado grau de disciplina, integridade e independência, enquanto a aprovação é obtida somente mediante decisão do Comitê de Crédito.

Segurança da Informação: práticas adotadas pelo BIB em todos os seus níveis funcionais, constituídas por um conjunto de políticas, processos, estruturas organizacionais e procedimentos, que visam à proteção das informações dos clientes e do Banco, nos aspectos de confidencialidade, integridade e disponibilidade.

Política de Transparência e Divulgação de Informações: o BIB disponibiliza para consulta pública, em seu site de Relações com Investidores (ri.bib.com.br), todas as informações relacionadas ao seu histórico e perfil de atuação, estrutura acionária, demonstrações financeiras e avaliações de risco elaboradas pelas agências de *rating*. O site de Relações com Investidores está disponível nas versões português e inglês.

Risco Socioambiental: a Administração do BIB acredita que o desenvolvimento sustentável constitui fator determinante para a continuidade do ambiente econômico. Nesse contexto, o Banco passa a atuar orientado a estimular a mudança de conduta de seus *stakeholders*, através da implantação da metodologia de avaliação de riscos socioambientais como subsídio para a decisão de concessão de crédito. Além disso, faz uso das listas de exclusão, definidas pelos bancos multilaterais com os quais mantém relacionamento comercial, que excluem o financiamento a empresas que agredem o meio ambiente, adotem práticas trabalhistas ilegais ou produzem determinadas classes de produtos.

Para tanto, foi constituída uma política corporativa, observando os princípios de relevância e proporcionalidade, alinhada com os enunciados corporativos: a) Código de ética e conduta profissional; b) Prevenção sobre crimes de lavagem de dinheiro e; c) Conheça seu cliente, e reafirma o compromisso do conglomerado com o crescimento sustentável e o desenvolvimento socioeconômico das comunidades às quais se insere, seja pela localização geográfica de suas instalações, seja pela sua marcante presença no mercado de crédito, beneficiando indiretamente as comunidades locais das empresas clientes.

O BIB também investe na inclusão social por meio do estabelecimento de parcerias com programas que visam à inserção de jovens de baixa renda no mercado de trabalho, bem como investe em oportunidades para o desenvolvimento profissional de seus colaboradores, mediante a concessão de bolsas de estudo para cursos de qualificação profissional, formação universitária e pós-graduação.

GIR – Gerenciamento Integrado de Riscos: Em atendimento à Resolução nº 4.557/17, alterada pela Resolução nº 4.745/19 do CMN, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos, estrutura de gerenciamento de capital e política de divulgação de informações, o BIB possui uma gestão completamente automatizada através de sistemas contratados, consolidando todos os riscos através de Comitês executivos. Adicionalmente, é importante mencionar que os processos de riscos, encontram-se aderentes às referidas Resoluções e o Relatório de Divulgação de Informações, está disponível no site Relações com Investidores (ri.bib.com.br).

Recursos Humanos

O Banco Industrial do Brasil encerrou o semestre com 291 colaboradores, incluindo 2 menores aprendiz, 3 através de programa social e 45 terceirizados atuando nas áreas de serviços gerais.

Ratings

Seguem os *ratings* obtidos pelo Banco Industrial junto às principais agências de classificação de risco:

- **Moody's:** Ba3 (Global) / A+ (Local) / Perspectiva Estável.
- **RiskBank:** Baixo Risco para Médio Prazo 1 (-) / *Disclosure:* Excelente.

Relacionamento com os Auditores

De acordo com as regras da Resolução CMN nº 3.198/2004, a KPMG Auditores Independentes não presta qualquer outro serviço ao Banco Industrial do Brasil e a suas empresas ligadas, além daqueles expressamente relacionados à função de auditoria externa, preservando, assim, a independência e a integridade necessárias à execução dessa atividade.

Agradecimentos

Agradecemos aos clientes, parceiros e fornecedores pelo suporte e pela confiança depositada e, em especial aos nossos funcionários, por todo o empenho na busca pela excelência.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de Reais)

	Nota	Controlador		Consolidado	
		06.2021	12.2020	06.2021	12.2020
ATIVO					
Disponibilidades	4	58.830	99.193	58.996	99.334
Instrumentos financeiros		5.175.266	4.695.049	5.175.556	4.695.483
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	300.002	418.494	300.002	418.494
Títulos e valores mobiliários	6	154.701	132.805	154.701	132.805
Instrumentos financeiros derivativos	7	-	85	-	85
Operações de créditos	8	3.916.164	3.771.732	3.916.164	3.771.732
Outros instrumentos financeiros	12	804.399	371.933	804.689	372.367
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	(55.552)	(39.382)	(55.552)	(39.382)
Ativos fiscais correntes e diferidos	13	68.789	59.937	68.789	59.937
Outros ativos	14	147.199	159.340	147.199	159.340
Investimentos em participações em controladas	15	8.884	8.519	1.452	1.251
Imobilizado de uso	16	62.408	60.800	62.408	60.800
(-) Depreciações e amortizações	16	(10.586)	(8.959)	(10.586)	(8.959)
TOTAL DO ATIVO		<u>5.455.238</u>	<u>5.034.497</u>	<u>5.448.262</u>	<u>5.027.804</u>

	Nota	Controlador		Consolidado	
		06.2021	12.2020	06.2021	12.2020
PASSIVO					
Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos		4.579.881	4.264.794	4.572.150	4.257.378
Instituições financeiras	17	1.795.843	1.627.642	1.791.043	1.622.879
Outros clientes	17	2.736.379	2.635.007	2.733.448	2.632.354
Instrumentos financeiros derivativos	7	306	283	306	283
Outros passivos instrumentos financeiros passivos	11	47.353	1.862	47.353	1.862
Provisões		98.254	91.944	98.535	92.225
Contingências	18	97.510	91.257	97.791	91.538
Outras	18	744	687	744	687
Obrigações fiscais diferidas		314	312	314	312
Outros passivos	19	152.459	84.609	152.915	85.033
Patrimônio líquido		624.330	592.838	624.348	592.856
Capital social	20	386.077	386.077	386.077	386.077
Reservas de lucros	20	250.051	219.736	250.051	219.736
Outros resultados abrangentes		(11.798)	(12.975)	(11.798)	(12.975)
Participação de minoritários		-	-	18	18
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>5.455.238</u>	<u>5.034.497</u>	<u>5.448.262</u>	<u>5.027.804</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020
(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	Controlador		Consolidado	
		06.2021	06.2020	06.2021	06.2020
Receitas da intermediação financeira		<u>243.787</u>	<u>347.202</u>	<u>243.787</u>	<u>347.202</u>
Operações de crédito	8f	184.070	186.024	184.070	186.024
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6e	15.995	14.592	15.995	14.592
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7d	(5.178)	33.626	(5.178)	33.626
Resultado de operações de câmbio	11	48.900	112.960	48.900	112.960
Despesas da intermediação financeira		<u>(98.041)</u>	<u>(236.581)</u>	<u>(97.922)</u>	<u>(236.433)</u>
Operações de captação no mercado	17c	(60.814)	(43.028)	(60.695)	(42.880)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	17c	(37.227)	(193.553)	(37.227)	(193.553)
Resultado bruto da intermediação financeira		<u>145.746</u>	<u>110.621</u>	<u>145.865</u>	<u>110.769</u>
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		<u>(22.899)</u>	<u>(8.049)</u>	<u>(22.899)</u>	<u>(8.049)</u>
Operações de créditos	9	(22.899)	(8.049)	(22.899)	(8.049)
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>(61.960)</u>	<u>(54.136)</u>	<u>(62.041)</u>	<u>(54.245)</u>
Receitas de prestação de serviços		5.127	4.808	6.068	5.739
Receitas de tarifas bancárias		3.110	3.619	3.110	3.619
Resultado de participações em controladas	15	164	177	-	-
Despesas de pessoal	21	(34.804)	(31.034)	(35.350)	(31.596)
Outras despesas administrativas	22	(19.446)	(17.385)	(19.594)	(17.519)
Despesas tributárias	23	(10.445)	(9.521)	(10.613)	(9.689)
Outras receitas/despesas operacionais	24	(5.666)	(4.800)	(5.662)	(4.799)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e da participação dos minoritários		<u>60.887</u>	<u>48.436</u>	<u>60.925</u>	<u>48.475</u>
Imposto de renda e contribuição social	13	<u>(24.455)</u>	<u>(19.604)</u>	<u>(24.493)</u>	<u>(19.643)</u>
Provisão para imposto de renda		(19.052)	(11.400)	(19.077)	(11.424)
Provisão para contribuição social		(15.558)	(8.635)	(15.571)	(8.650)
Ativo fiscal diferido		10.155	431	10.155	431
Lucro líquido do período		<u><u>36.432</u></u>	<u><u>28.832</u></u>	<u><u>36.432</u></u>	<u><u>28.832</u></u>
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		<u><u>205,66</u></u>	<u><u>166,64</u></u>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020*(Em milhares de Reais)*

	<u>Controlador / Consolidado</u>	
	<u>06.2021</u>	<u>06.2020</u>
Lucro líquido do período	<u>36.432</u>	<u>28.832</u>
Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração de Resultado	1.177	895
Valor justo de títulos disponíveis para a venda	2.897	(1.208)
Impostos sobre valor justo	(1.304)	(164)
Variação cambial sobre agência Bahamas	(416)	2.267
Resultado abrangente do período	<u>37.609</u>	<u>29.727</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital realizado	Aumento de capital	Capital a realizar	Reserva de reavaliação	Reserva de lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
						Reserva legal	Reserva estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2019		372.222	-	-	73	26.421	155.585	(13.817)	-	540.484
Ajuste a valor de mercado de TVM e derivativos		-	-	-	-	-	-	895	-	895
Lucro líquido		-	-	-	-	-	-	-	28.832	28.832
Destinação do lucro líquido:										
Reserva legal	20b	-	-	-	-	1.442	-	-	(1.442)	-
Reservas estatutárias	20b	-	-	-	-	-	24.390	-	(24.390)	-
Remuneração do capital próprio	20c	-	-	-	-	-	-	-	(3.000)	(3.000)
Saldos em 30 de junho de 2020		<u>372.222</u>	-	-	<u>73</u>	<u>27.863</u>	<u>179.975</u>	<u>(12.922)</u>	-	<u>567.211</u>
Mutações no período		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.442</u>	<u>24.390</u>	<u>895</u>	<u>-</u>	<u>26.727</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020		372.222	16.300	(2.445)	73	29.619	190.044	(12.975)	-	592.838
Retificação de aumento de capital AGE 16/04:										
Reversão do aumento de capital AGE 30/12		-	(16.300)	2.445	-	-	-	-	-	(13.855)
Aumento de capital AGE 16/04		-	13.855	-	-	-	(2.930)	-	-	10.925
Ajuste JCP		-	-	-	-	-	9.813	-	-	9.813
Ajuste a valor de mercado de TVM e derivativos		-	-	-	-	-	-	1.177	-	1.177
Lucro líquido		-	-	-	-	-	-	-	36.432	36.432
Destinação do lucro líquido:										
Reserva legal	20b	-	-	-	-	1.822	-	-	(1.822)	-
Reservas estatutárias	20b	-	-	-	-	-	21.610	-	(21.610)	-
Remuneração do capital próprio	20c	-	-	-	-	-	-	-	(13.000)	(13.000)
Saldos em 30 de junho de 2021		<u>372.222</u>	<u>13.855</u>	<u>-</u>	<u>73</u>	<u>31.441</u>	<u>218.537</u>	<u>(11.798)</u>	<u>-</u>	<u>624.330</u>
Mutações no período		<u>-</u>	<u>(2.445)</u>	<u>2.445</u>	<u>-</u>	<u>1.822</u>	<u>28.493</u>	<u>1.177</u>	<u>-</u>	<u>31.492</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020
(Em milhares de Reais)

	Controlador		Consolidado	
	06.2021	06.2020	06.2021	06.2020
Lucro líquido ajustado do período	68.283	42.844	68.447	43.021
Lucro líquido do período	36.432	28.832	36.432	28.832
Depreciações / amortizações	1.627	705	1.627	705
Resultado de participações em controladas	(164)	(177)	-	-
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	22.899	8.049	22.899	8.049
Ajuste a Valor de Mercado T.V.M.	1.177	895	1.177	895
Provisões	6.310	4.533	6.310	4.533
Impostos diferidos	2	7	2	7
Varição em Ativos Operacionais - (Aumento) / Diminuição	(614.456)	(226.963)	(614.311)	(227.244)
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	(19.996)	-	(19.996)
Títulos e Valores Mobiliários	(21.896)	(21.038)	(21.896)	(21.038)
Instrumentos financeiros derivativos	85	1.667	85	1.667
Operação de crédito	(151.161)	(67.567)	(151.161)	(67.567)
Outros instrumentos financeiros	(432.466)	(117.918)	(432.321)	(118.511)
Ativos fiscais correntes e diferidos	(8.852)	(1.554)	(8.852)	(1.554)
Outros ativos	(166)	(557)	(166)	(245)
Varição em Passivos Operacionais - Aumento / (Diminuição)	382.937	479.481	382.653	479.849
Depósitos e demais instrumentos financeiros	315.087	498.150	314.772	498.273
Outros passivos	37.521	(20.215)	37.514	(19.915)
Impostos sobre lucro	30.329	1.546	30.367	1.491
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) das Atividades Operacionais	(163.236)	295.362	(163.211)	295.626
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimento	10.498	17.553	10.498	17.553
Aquisição de investimentos	(201)	(102)	(201)	(102)
Alienação de bens não de uso	12.307	17.915	12.307	17.915
Aquisição de imobilizado de uso	(1.608)	(260)	(1.608)	(260)
Caixa Líquido (Proveniente) / Aplicado nas Atividades de Financiamento	(6.117)	(3.000)	(6.117)	(3.000)
Remuneração de capital próprio	(13.000)	(3.000)	(13.000)	(3.000)
Efeito da retificação AGE 16/04	(2.930)	-	(2.930)	-
Ajuste JCP	9.813	-	9.813	-
Aumento / (Diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	(158.855)	309.915	(158.830)	310.179
Modificações na posição financeira				
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do período	517.687	365.770	517.828	365.837
No fim do período	<u>358.832</u>	<u>675.685</u>	<u>358.998</u>	<u>676.016</u>
Aumento / (Diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	(158.855)	309.915	(158.830)	310.179

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021***(Em milhares de Reais)***1. CONTEXTO OPERACIONAL**

O Banco Industrial do Brasil S.A. ("Banco" ou "BIB") é uma sociedade anônima, de capital fechado, sendo organizado sob a forma de banco múltiplo, autorizado a operar com as carteiras: (i) comercial; (ii) de investimentos, (iii) de crédito, de financiamento e investimento; (iv) de câmbio; e, (v) arrendamento mercantil, sediado na Av. Pres. Juscelino Kubitschek, nº 1.703 – Vila Nova Conceição – São Paulo – SP.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, e certas operações têm a participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro, cujas atividades incluem as carteiras de administração de fundos de investimentos, distribuição e corretagem de câmbio e valores mobiliários. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, do Banco Industrial do Brasil S.A. e suas controladas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e com a Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/1976, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

Conforme Artigo 23º da Resolução BCB nº 2/200 as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade, por entender que essa forma de apresentação proporcionará informação mais relevante e confiável para o usuário.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que o Banco Industrial do Brasil S.A. conseguirá manter suas ações e cumprir suas obrigações de pagamento nos próximos exercícios.

A autorização para a conclusão das Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, foi dada pela Administração em 26 de julho de 2021.

a. Demonstrações financeiras consolidadas

As Demonstrações Financeiras Consolidadas abrangem o Banco Industrial do Brasil S.A. e as suas controladas relacionadas a seguir:

Denominação social	Atividade	Participação (%)	
		06.2021	12.2020
Participação direta:			
Industrial do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (IB DTVM)	Distribuidora de títulos e valores mobiliários	99,64	99,64
Industrial do Brasil Administração de Créditos Ltda. (IB Créditos)	Prestação de serviços de crédito	99,99	99,99

Na elaboração das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foi realizada a consolidação dos saldos da agência Bahamas.

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas e consistentes com aquelas utilizadas nos períodos anteriores.

b. Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas;
- Destaque do valor da participação dos acionistas minoritários nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

3. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Os principais critérios adotados para a elaboração das Demonstrações Financeiras são os seguintes:

a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

b. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional e estrangeira, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, cujos vencimentos sejam iguais ou inferiores a 90 dias a partir da data de aplicação, e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

c. Estimativas contábeis

A elaboração de Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, imposto de renda diferido ativo, provisão para contingências e valorização de instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As estimativas e premissas são revisadas, no mínimo trimestralmente.

d. Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Banco. Substancialmente, as operações da agência no exterior são, na essência, uma extensão das atividades do Brasil, portanto, os ativos, os passivos e o resultado são ajustados às práticas contábeis vigentes no Brasil e convertidos para reais de acordo com as taxas de câmbio da moeda local. Ganhos e perdas resultantes do processo de conversão são alocados ao resultado do período.

e. Moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período.

f. Ativos**• Aplicações interfinanceiras de liquidez**

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

• Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Conforme regras estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários e os instrumentos financeiros derivativos são classificados e avaliados conforme descrito a seguir:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021***(Em milhares de Reais)***Títulos e valores mobiliários**

- (i) Títulos para negociação - Adquiridos com o objetivo de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização, em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.
- (ii) Títulos disponíveis para venda - Que não se enquadrem para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e
- (iii) Títulos mantidos até o vencimento - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos públicos e debêntures estão classificadas na categoria "disponíveis para a venda" e possuem seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até a data do balanço e ajustado pelo valor de mercado, sendo esse ajuste lançado em conta específica do Patrimônio Líquido.

• Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Banco requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Banco estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC 46/Resolução nº 4.748/2019 do Banco Central do Brasil, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas para a Alta Administração.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Banco usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

O Banco reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das Demonstrações Financeiras em que ocorreram as mudanças, caso aplicável.

Instrumentos financeiros derivativos

A avaliação é efetuada com base no valor de mercado e as valorizações e desvalorizações decorrentes são registradas no resultado do período. Entretanto, nos casos em que os instrumentos financeiros derivativos, nos termos da Circular nº 3.082/02 do Banco Central do Brasil, sejam classificados como "hedge" de fluxo de caixa, as valorizações ou desvalorizações mencionadas anteriormente são total ou parcialmente lançadas em conta específica no patrimônio líquido, deduzidas dos efeitos tributários. Somente quando os instrumentos financeiros derivativos forem contratados em negociações associadas às operações de captações ou aplicações de recursos, nos termos da Circular nº 3.150/02 do Banco Central do Brasil, os ajustes a valor de mercado não deverão ser reconhecidos contabilmente.

• Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível "H", permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. Com o objetivo de atenuar impactos da COVID-19 na economia, o Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 4.791/2020, flexibilizou de forma temporária a caracterização de um ativo problemático permitindo que situações de (i) incapacidade financeira da contraparte para honra da obrigação nas condições pactuadas e (ii) reestruturação da operação relativa à exposição, deixem de ser consideradas indicativas de que uma obrigação não será integralmente honrada. Essa flexibilização foi válida para reestruturações de operações de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2020.

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são calculadas de acordo com a classificação das operações mantidas na carteira do Banco e as operações cedidas para o Banco sem coobrigação em um dos nove diferentes níveis de risco (de AA a H). O aumento da provisão ocorre pela contabilização de novas provisões. As regras do Conselho Monetário Nacional (CMN) determinam a provisão mínima para cada nível de classificação, de 0% (para casos de operações que não se encontram em atraso) até 100% (para operações com mais de 180 dias em atraso).

• Outros Ativos: Outros valores e bens – Bens não de uso

Correspondentes a bens imóveis e móveis disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento em razão de créditos não honrados. São ajustados a valor de mercado através da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes.

• Outros Ativos: Outros valores e bens – Despesas antecipadas

Representado, basicamente, por comissões pagas pela intermediação de concessão de operações de crédito, e que são diferidas pelo prazo dos contratos. Caso os créditos sejam cedidos a respectiva comissão é apropriada integralmente em resultado.

• Provisões para redução ao valor recuperável de ativos

É reconhecido como perda o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa, quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa substancial, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas com *impairment*, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são revisados periodicamente no mínimo uma vez ao ano, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização desses ativos.

• Investimentos em participações em controladas

Os investimentos em controladas, nas Demonstrações Financeiras individuais, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição e são ajustados a valor de mercado através da constituição de provisão, quando aplicável. O título de sócio efetivo não patrimonial da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão é avaliado pelo valor patrimonial, informado pela respectiva bolsa.

• Imobilizado de uso

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil econômica dos bens às taxas de 4%, 10% e 20% para imóveis, equipamentos e outros imobilizados, respectivamente.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021**

(Em milhares de Reais)

g. Passivos

• Depósitos e demais instrumentos financeiros

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata die".

• Outros passivos

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

h. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As contingências ativas e passivas e obrigações legais são avaliadas, reconhecidas e demonstradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Paralelamente, o mencionado Pronunciamento Técnico foi aprovado pela Resolução nº 3.823 do BACEN em 16 de dezembro de 2009. A avaliação da probabilidade de perda das contingências é classificada como Remota, Possível ou Provável com base no julgamento dos advogados, internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica. Esse é um exercício subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros. Como tal, é entendido que as avaliações serão sujeitas à atualização frequente e a alterações.

• **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

• **Passivos contingentes** - São reconhecidos contabilmente, quando a opinião dos consultores jurídicos avaliar a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificadas como possível são divulgados em termos de quantidade e valores (Nota Explicativa nº 18); e

• **Obrigações legais** - Estão reconhecidos e provisionados no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial (Nota Explicativa nº 18).

i. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do período, corrente e diferido, são calculados com base na alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil por ano para imposto de renda. Para contribuição social são calculadas com base na alíquota de 20% e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias foram constituídos com base na alíquota de 25% para o imposto de renda e 20% para a contribuição social. Em 14 de julho de 2021, foi publicado a Lei nº 14.183/21 que altera a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido devida pelas pessoas jurídicas do setor financeiro. Para bancos de qualquer espécie a alteração da alíquota é de 20% para 25%, e para DTVM de 15% para 20%. As novas alíquotas serão válidas para os períodos de julho e dezembro de 2021. Os créditos tributários são constituídos em conformidade com a Resolução CMN nº 4.842 de 30 de julho de 2020, e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

j. Avais e fianças

Os avais e fianças prestados pela Instituição são registrados em nome dos avalizados ou afiançados em contas de compensação, observados os desdobramentos previstos para controle, registro e acompanhamento dos atos administrativos que podem transformar-se em obrigação em razão de acontecimentos futuros.

De acordo com a Resolução do BACEN nº 4.512/2016 as operações de avais e fianças prestadas honradas e não honradas tem provisionamento atribuído a cada cliente conforme definido pela Administração com base na expectativa de perda desta.

k. Resultado recorrente / não recorrente

As políticas internas do Banco Industrial do Brasil consideram como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social da Instituição previsto em seu Estatuto Social, ou seja, "a prática de operações ativas, passivas e acessórias e serviços autorizados aos bancos múltiplos com carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil, inclusive câmbio, e o exercício de administração da carteira de valores mobiliários, bem como participar de outras sociedades, de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis à sua espécie de instituição financeira". Além disto, a Administração do Banco considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência nos 3 anos seguintes. Observado esse regramento, salienta-se que o lucro líquido do Banco no primeiro semestre de 2021, no montante de R\$ 34.896 mil, foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

4. DISPONIBILIDADES

	Controlador		Consolidado	
	06.2021	12.2020	06.2021	12.2020
Moeda Nacional	358	198	524	339
Moeda Estrangeira	58.472	98.995	58.472	98.995
Total	58.830	99.193	58.996	99.334

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a. Aplicações no mercado aberto

	Controlador / Consolidado	
	06.2021	12.2020
Até 30 dias		
Posição bancada		
Letras Financeiras do Tesouro	161.014	318.491
Letras do Tesouro Nacional	83.011	100.003
Notas do Tesouro Nacional	16.988	-
Subtotal	261.013	418.494
Posição financiada		
Letras Financeiras do Tesouro	38.989	-
Subtotal	38.989	-
Total	300.002	418.494
Circulante	300.002	418.494

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021**

(Em milhares de Reais)

b. Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	Controlador / Consolidado	
	06.2021	12.2020
Rendas de aplicações em operações compromissadas:		
Posição bancada	9.298	7.498
Posição financiada	8.993	7.086
Rendas de aplicações em moedas estrangeiras	305	412
	1.288	1.641
Total	10.586	9.139

Classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários (vide Nota Explicativa nº 6e).

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a. Diversificação por tipo

Títulos e valores mobiliários	Controlador / Consolidado	
	06.2021	12.2020
Carteira própria	116.836	91.383
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	18.202	17.996
Debêntures	4.004	16.468
Certificados de Recebíveis do Agronegócio	26.061	-
Cotas de Fundos	1.570	1.557
Ações e Cotas	5.317	-
Títulos e Valores Mobiliários no Exterior (i)	61.682	55.362
Vinculados a operações compromissadas	7.989	11.926
Debêntures	7.989	11.926
Vinculados à prestação de garantia	29.876	29.496
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	29.876	29.496
Total	154.701	132.805
Circulante	61.522	27.455
Não Circulante	93.179	105.350

(i) Os títulos e valores mobiliários no exterior são compostos basicamente por títulos de empresas estatais sediadas no Brasil emitidos por bancos no exterior como renda fixa no valor total de R\$ 11.477 (31/12/2020 – R\$ 12.017) e outros títulos de renda fixa no valor de R\$ 50.205 (31/12/2020 – R\$ 43.345).

Os títulos são escriturais e estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Banco Itaú Nassau.

b. Diversificação por prazo

	Controlador / Consolidado	
	06.2021	12.2020
Sem vencimento	6.887	1.557
Até 3 meses	165	2.223
A vencer entre 3 e 12 meses	54.470	23.675
A vencer entre 12 e 36 meses	61.501	68.980
A vencer entre 36 e 60 meses	-	11.845
A vencer entre 60 e 180 meses	19.753	11.196
Acima de 180 meses	11.925	13.329
Total da carteira	154.701	132.805
Circulante	61.522	27.455
Não Circulante	93.179	105.350

c. Classificação da carteira de títulos e valores mobiliários

Disponíveis para venda

	Controlador / Consolidado	
	06.2021	12.2020
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	48.078	47.492
Cotas de Fundos	1.570	1.557
Debêntures	11.993	28.394
Certificados de Recebíveis do Agronegócio	26.061	-
Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	61.682	55.362
Ações e Cotas	5.317	-
Total da carteira	154.701	132.805

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021**

(Em milhares de Reais)

d. Valor de mercado dos títulos

Os valores de custo atualizado da carteira de títulos e valores mobiliários, comparados com os respectivos valores de mercado, estão assim demonstrados:

	06.2021		
	Controlador / Consolidado		
	Valor de custo atualizado	Valor de mercado	Ajuste a mercado
Títulos			
Letras Financeiras do Tesouro – LFT (i)	48.212	48.078	(134)
Debêntures (ii)	41.745	11.993	(29.752)
Certificados de Recebíveis do Agronegócio (ii)	23.025	26.061	3.036
Cotas de Fundos (i)	1.570	1.570	-
Títulos e Valores Mobiliários no Exterior (i)	59.726	61.682	1.956
Ações e Cotas (iii)	5.317	5.317	-
	<u>179.595</u>	<u>154.701</u>	<u>(24.894)</u>

	12.2020		
	Controlador / Consolidado		
	Valor de custo atualizado	Valor de mercado	Ajuste a mercado
Títulos			
Letras Financeiras do Tesouro – LFT (i)	47.606	47.492	(114)
Debêntures (ii)	58.050	28.394	(29.656)
Cotas de Fundos (i)	1.557	1.557	-
Títulos e Valores Mobiliários no Exterior (i)	53.385	55.362	1.977
	<u>160.598</u>	<u>132.805</u>	<u>(27.793)</u>

- (i) O valor de mercado das Letras Financeiras do Tesouro – LFT, Títulos e Valores Mobiliários Exterior e Cotas de Fundos, foram apurados com base em cotações de preços, índices e taxas imediatamente disponíveis para transações não forçadas e oriundas de fontes independentes. Portanto, classificados como Nível 1.
- (ii) O valor de mercado das Debêntures e Certificados de Recebíveis do Agronegócio foi obtido pela utilização de preços cotados para ativos e passivos semelhantes em mercados ativos, ou através de fluxos de caixa futuros descontados a valor presente por taxas de descontos obtidas através de dados observáveis de mercado ou outras técnicas de avaliação baseadas em métodos matemáticos que utilizam referenciais de mercado. Portanto, classificados como Nível 2.
- (iii) Está incluído nesse nível, os instrumentos de patrimônio (ações) de outra entidade, classificado como Nível 3.

e. Resultado com títulos e valores mobiliários

	Controlador e Consolidado	
	06.2021	12.2020
Aplicações interfinanceiras de liquidez	9.298	7.498
Rendas de aplicações em moeda estrangeira	1.288	1.641
Títulos de renda fixa	5.396	5.451
Aplicações em fundos de investimentos	13	2
Total	<u>15.995</u>	<u>14.592</u>

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Banco opera com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção (*hedge*) contra risco de mercado, que decorrem, principalmente, das flutuações das taxas de juros e cambial.

O gerenciamento da necessidade de *hedge* é efetuado com base nas posições consolidadas por moeda. Dessa forma, são acompanhadas as posições de dólar e de reais subdivididas nos diversos indexadores (pré e TJLP).

Os instrumentos financeiros derivativos são os de mais alta liquidez, dando-se prioridade aos contratos futuros da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, que são avaliados pelo valor de mercado, por meio de ajustes diários.

A efetividade dos instrumentos de *hedge* é assegurada pelo equilíbrio das flutuações de preços dos contratos de derivativos e dos valores de mercado dos objetos do *hedge*. Os instrumentos de *hedge* podem ser operados em prazos distintos dos seus respectivos objetos, com o intuito de buscar a melhor liquidez do instrumento. Existe a previsão da necessidade de renovação ou de contratação de nova operação de *hedge*, naqueles em que o instrumento financeiro derivativo apresenta vencimento anterior ao do item objeto de *hedge*.

Após a implementação da política de taxa de câmbio flutuante, a carteira de dólar vem sendo gerenciada de forma que haja o menor descasamento de prazo e volume financeiro possível. Por outro lado, esses instrumentos financeiros derivativos, que não atendem à classificação de *hedge*, conforme parâmetros estabelecidos na Circular BACEN nº 3.082/02, mas que são utilizados para proteção contra riscos inerentes às oscilações de preços e taxas, ou seja, à exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente nas demonstrações de resultados do Banco.

Controles de gerenciamento de risco

As carteiras são controladas e consolidadas pela área de Informações Gerenciais, sob gestão da Diretoria Administrativa, a qual tem por responsabilidade apurar o valor de mercado das posições de derivativos e dos seus respectivos objetos de *hedge*. Essas informações são encaminhadas à Mesa Financeira e à área de Gestão de Riscos, que, nas reuniões diárias de caixa, define a melhor gestão das diversas carteiras ativas e passivas do Banco, considerando riscos de mercado e de liquidez, providenciando os instrumentos de *hedge* necessários, de acordo com a política previamente definida pela Administração.

As posições descobertas são acompanhadas constantemente para verificação de que estão dentro dos limites aprovados pelo Comitê de Risco de Mercado.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021**

(Em milhares de Reais)

a. Posição

Operações de swap

	Controlador e Consolidado			
	06.2021			
	Valor referencial	Valor de mercado CDI	Valor de mercado IGPM	Valor líquido a pagar
CDI x IGP-M (*)	252	466	(772)	(306)
Total	252	466	(772)	(306)

	Controlador e Consolidado			
	12.2020			
	Valor referencial	Valor de mercado CDI	Valor de mercado IGPM	Valor líquido a pagar
CDI x IGP-M (*)	24.204	27.560	(27.758)	(198)
Total	24.204	27.560	(27.758)	(198)

Operações de futuro

	Controlador e Consolidado		Controlador e Consolidado	
	06.2021		12.2020	
	Valor de principal Posição comprada	Posição vendida	Valor de principal Posição comprada	Posição vendida
Mercado futuro (*): Taxa de juros - DI Moeda	- 174.253 174.253	1.747.383 - 1.747.383	- 165.175 165.175	1.769.771 38.975 1.808.746

(*) Essas operações são utilizadas para proteção contra riscos inerentes às oscilações de preços e taxas ("hedge") – vide Nota Explicativa nº 7e.

b. Diversificação por prazo de vencimento

Os contratos de instrumentos financeiros derivativos estão distribuídos na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão nos seguintes prazos de vencimento:

	Controlador e Consolidado			
	06.2021			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 12 a 36 meses	Total
Operações de swap: CDI X IGP-M	(71)	(191)	(44)	(306)
Mercado futuro: Posição comprada Posição vendida	64.894 844.040	109.359 854.370	- 48.973	174.253 1.747.383

	Controlador e Consolidado			
	12.2020			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 12 a 36 meses	Total
Operações de swap: CDI X IGP-M	36	(174)	(60)	(198)
Mercado futuro: Posição comprada Posição vendida	77.836 1.244.599	87.339 564.147	- -	165.175 1.808.746

Os ajustes diários das operações realizadas no mercado futuro são registrados como receita ou despesa efetiva quando auferidas e representam seu valor de mercado. As operações de futuros e swap são registradas em contas de compensação pelo valor de contrato ou valor de principal. Essas operações são realizadas no âmbito da B3 - S.A. Brasil, Bolsa, Balcão.

Os valores a receber e a pagar de operações de swap estão registrados na rubrica "Instrumentos financeiros derivativos".

c. Tipos de margem oferecida em garantia para instrumentos financeiros derivativos

Os tipos de margem oferecida em garantia para instrumentos financeiros derivativos estão representados basicamente por:

	Controlador e Consolidado	
	06.2021	12.2020
Letras do Tesouro Nacional	27.091	26.747
Cartas de Fiança	35.000	25.000
Total	62.091	51.747

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021**

(Em milhares de Reais)

d. Resultado com instrumentos financeiros derivativos

O valor das receitas e despesas líquidas estão demonstrados a seguir:

	Controlador / Consolidado	
	06.2021	12.2020
Operações de swap	(142)	(48)
Contratos futuros	(5.036)	33.674
Total	(5.178)	33.626

e. Posições de Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade de riscos

O Banco apresenta 3 cenários de simulações sobre a apresentação de informações dos instrumentos financeiros, inclusive os derivativos de *hedge*, que incluem a análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração.

Essa análise incluiu simulações que medem o efeito dos movimentos das curvas de mercado e dos preços sobre as exposições mantidas pelo Banco, tendo como objetivo simular os efeitos no resultado diante de três cenários específicos, conforme apresentado a seguir:

- (i) Situação considerada provável pela Administração que considerou uma deterioração de 1%, na variável de risco (câmbio e taxa de juros), que teve a intenção de demonstrar certa estabilidade.
- (ii) Situação com deterioração de, pelo menos, 25% (*) na variável de risco considerada (câmbio e taxa de juros).
- (iii) Situação com deterioração de, pelo menos, 50% (*) na variável de risco considerada (câmbio e taxa de juros).

f. Demonstrativo de posições

Apresentamos, a seguir, os instrumentos financeiros derivativos em aberto em 30 de junho de 2021 e os respectivos montantes das carteiras protegidas por esses instrumentos:

Operação / Carteira protegida	Risco	Instrumento financeiro derivativo	Montante da carteira protegida	Posição (a)
Hedge (*) – Dívida em moeda estrangeira				
Repasse do exterior / Dívida subordinada	Câmbio	174.253	(176.183)	(1.930)
Hedge (*) – Banking Pré				
Operações de crédito	Taxa de Juros	(1.747.383)	2.757.786	1.010.403
Total		(1.573.130)	2.581.603	1.008.473

(a) Refere-se à posição líquida entre os saldos contábeis das carteiras protegidas e os respectivos instrumentos financeiros derivativos, não representando a efetiva exposição em cada uma das operações, que apresentam diferentes vencimentos.

II - Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade - Efeito na Variação do Valor Justo

Operação	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
		Deterioração 1%	Deterioração 25%	Deterioração 50%
Hedge Cambial Dívida em moeda estrangeira	Derivativo (risco queda US\$)	(3)	(69)	(138)
	Dívida (risco aumento US\$)	35	856	1.697
	Efeito Líquido	32	787	1.559
Hedge Banking PRÉ Ativo em R\$	Derivativo (risco queda Selic)	303	7.474	14.785
	Créditos (risco aumento Selic)	(2.190)	(52.474)	(200.654)
	Efeito Líquido	(1.887)	(45.000)	(85.869)
Efeito Líquido - Total		(1.855)	(44.213)	(84.310)

III - Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade - Efeito na Variação do Valor Justo - CONSOLIDADO

Operação	Risco	MTM	Cenário I	Cenário II	Cenário III
		Exposição Líquida	Deterioração 1%	Deterioração 25%	Deterioração 50%
Book Cambial	Queda da moeda estrangeira	(1.930)	32	787	1.559
Book Pré	Alta do CDI	1.010.403	(1.887)	(45.000)	(85.869)
Efeito Líquido Total		1.008.473	(1.855)	(44.213)	(84.310)

(*) Conforme mencionado anteriormente, muito embora essas operações sejam utilizadas para proteção contra riscos inerentes às oscilações de preços e taxas, não são contabilizadas como tal por não atenderem os parâmetros definidos na Circular BACEN nº 3.082/02.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021**

(Em milhares de Reais)

8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ADIANTAMENTO DE CONTRATO DE CÂMBIO

a. Diversificação por produto

	Controlador e Consolidado	
	06.2021	12.2020
Setor privado:		
Contas garantidas	80.767	107.768
Financiamento em moedas estrangeiras	316.419	285.721
BNDES	-	459
Capital de giro	1.633.377	1.623.188
Vendor	10.077	12.437
Direitos creditórios	3.715	1.310
Crédito consignado	528.257	471.035
CDC Equipamentos	5.839	3.467
Outros créditos:		
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (*)	700.222	239.227
Rendas a receber adiantamentos concedidos (*)	10.973	9.015
Devedores por compra de valores e bens	43.929	36.080
Compra de Ativos (**)	1.293.784	1.230.267
Total antes da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	4.627.359	4.019.974
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(55.552)	(39.382)
Total Geral	4.571.807	3.980.592
Circulante	3.260.002	2.662.605
Não Circulante	1.311.805	1.317.987

(*) As operações de adiantamentos sobre contratos de câmbio e as rendas a receber de adiantamentos concedidos estão registradas no balanço na rubrica "Outros instrumentos financeiros passivos" (vide Nota Explicativa nº 10).

(**) Essas operações são classificadas sem coobrigações por parte do cedente, pois na compra dos ativos houve a transferência dos riscos e benefícios das operações.

As operações de crédito contam, invariavelmente, com garantias de avais, fianças, hipotecas, alienação fiduciária de veículos, imóveis e outros bens, duplicatas etc. Nas operações de FINAME as garantias são os bens objetos dos contratos.

b. Diversificação por atividade

	Controlador e Consolidado	
	06.2021	12.2020
Setor privado:		
Indústria	1.121.245	680.856
Comércio	1.630.912	1.546.326
Intermediários financeiros	2.696	358
Serviços	1.246.851	1.161.393
Pessoas físicas	625.655	631.041
Total da carteira	4.627.359	4.019.974

c. Diversificação por prazo

	Controlador e consolidado	
	06.2021	12.2020
Setor privado:		
Vencidas	108.046	109.638
A vencer em até 3 meses	1.753.394	1.225.387
A vencer entre 3 e 12 meses	1.438.175	1.353.923
A vencer entre 12 e 36 meses	1.009.412	1.008.699
A vencer entre 36 e 60 meses	206.398	230.823
A vencer acima de 60 meses	111.934	91.504
Total da carteira	4.627.359	4.019.974

d. Cessão de crédito

Durante o primeiro semestre de 2021 foram cedidas operações de créditos sem coobrigação no montante de R\$ 16.464 com sociedades não ligadas, pelo valor de R\$ 11.525, que geraram uma perda no montante de R\$ 4.939 (durante o primeiro semestre de 2020 foram cedidas operações de ACC sem coobrigação no montante de R\$ 1.580 com sociedades não ligadas, pelo valor de R\$ 538, no qual gerou uma despesa no montante de R\$ 1.042).

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021**

(Em milhares de Reais)

e. Concentração do crédito

	06.2021		12.2020	
	Risco	% do total	Risco	% do total
Maior devedor	135.626	2,95%	116.987	2,91%
10 maiores devedores	937.233	20,41%	646.707	16,09%
20 maiores devedores	1.310.606	28,54%	952.152	23,69%
50 maiores devedores	1.992.122	43,38%	1.536.534	38,22%
100 maiores devedores	2.583.456	56,26%	2.100.122	52,24%

f. Resultado das operações de crédito

	Controlador e Consolidado	
	06.2021	12.2020
Operações de crédito		
Rendas de empréstimos	128.289	102.344
Rendas de títulos descontados	44.239	43.867
Rendas de financiamentos	7	89
Rendas de financiamento em moeda estrangeira	14.353	37.179
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	6.379	3.587
Despesa de cessão de crédito	(9.197)	(1.042)
Total de receitas com operações de crédito	184.070	186.024

9. PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

A movimentação líquida da provisão para perdas esperadas associadas ao risco crédito foi a seguinte:

	Controlador e Consolidado	
	06.2021	12.2020
Saldo no início do semestre	(39.382)	(40.680)
Constituição de provisão	(22.899)	(26.826)
Baixa para prejuízo	6.729	28.124
Saldo no fim do semestre	(55.552)	(39.382)

Apresentamos, a seguir, a composição da carteira por níveis de riscos:

Nível de risco	Nível de provisionamento (%)	Controlador e Consolidado			Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
		06.2021				
		Total das operações			Total	
		Curso normal	Atraso	Total		Total
AA	0,0	3.297.297	-	3.297.297		-
A	0,5	980.904	-	980.904		4.904
B	1,0	197.755	8.126	205.881		2.058
C	3,0	24.347	17.451	41.798		1.254
D	10,0	7.052	42.491	49.543		4.954
E	30,0	6.677	3.443	10.120		3.036
F	50,0	425	2.484	2.909		1.454
G	70,0	854	2.527	3.381		2.366
H	100,0	4.002	31.524	35.526		35.526
Total da carteira		4.519.313	108.046	4.627.359		55.552

Nível de risco	Nível de provisionamento (%)	Controlador e Consolidado			Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
		12.2020				
		Total das operações			Total	
		Curso normal	Atraso	Total		Total
AA	0,0	2.452.555	-	2.452.555		-
A	0,5	1.159.648	-	1.159.648		5.798
B	1,0	249.400	3.175	252.575		2.525
C	3,0	32.336	4.821	37.157		1.114
D	10,0	7.207	53.002	60.209		6.020
E	30,0	5.981	39.156	45.137		13.541
F	50,0	419	2.707	3.126		1.563
G	70,0	655	1.829	2.484		1.738
H	100,0	2.135	4.948	7.083		7.083
Total da carteira		3.910.336	109.638	4.019.974		39.382

Foram recuperados créditos no montante de R\$ 6.379 no primeiro semestre de 2021 (R\$ 3.587 no primeiro semestre de 2020). Foram renegociados créditos no montante de R\$ 63.689 no primeiro semestre de 2021 (R\$ 50.607 no primeiro semestre de 2020). O saldo apresentado considera como renegociação qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento e nas condições de pagamento originalmente pactuadas em operações de crédito.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021**

(Em milhares de Reais)

10. OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS - CRÉDITOS VINCULADOS

Composição do saldo

O saldo de créditos vinculados estava assim representado:

	Controlador e Consolidado	
	06.2021	12.2020
Serviços de Compensação	4.705	-
Compulsório reserva PIX	2.156	1.248
Compulsório sobre depósito à vista	18.691	521
Compulsório microcréditos	2.422	2.341
Circulante (Ne12)	27.974	4.110

11. OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS - CARTEIRA DE CÂMBIO

	Controlador Consolidado	
	06.2021	12.2020
Ativo – Outros instrumentos financeiros (Ne11)		
Câmbio comprado a liquidar	660.120	251.528
Direitos sobre venda de câmbio	47.133	1.995
Adiantamento em moeda nacional recebido	(44.805)	(1.995)
Rendas a receber	10.973	9.015
	<u>673.421</u>	<u>260.543</u>
Passivo – Outros instrumentos financeiros passivo		
Câmbio vendido a liquidar	45.165	1.862
Obrigações por compra de câmbio	702.410	239.227
Adiantamento sobre contratos de câmbio – LA	(645.065)	(178.389)
Adiantamento sobre contratos de câmbio – LE	(55.157)	(60.838)
	<u>47.353</u>	<u>1.862</u>
Resultado de operações de câmbio		
Rendas de câmbio	153.011	127.395
Despesas de câmbio	(104.111)	(14.435)
Total	<u>48.900</u>	<u>112.960</u>

As responsabilidades por créditos abertos para importação no valor de R\$ 2.515 em 30 de junho de 2021 (R\$ 21.027 em 31 de dezembro de 2020) estão registradas em contas de compensação.

12. OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	Controlador		Consolidado	
	06.2021	12.2020	06.2021	12.2020
Carteira de câmbio	673.421	260.543	673.421	260.543
Rendas a receber	358	239	358	239
Negociação e intermediação de valores	1.991	-	1.991	-
Devedores por depósito em garantia	85.485	84.473	85.485	84.473
Imposto de renda a compensar	10.824	20.182	10.916	20.324
Opções por incentivos fiscais	271	271	271	271
Devedores diversos – País / exterior	1.317	110	1.330	205
Adiantamentos e antecipações	2.610	1.858	2.620	1.883
Créditos vinculados (Ne10)	27.974	4.110	27.974	4.110
Diversos	148	147	323	319
Total	<u>804.399</u>	<u>371.933</u>	<u>804.689</u>	<u>372.367</u>
Circulante	718.914	287.460	719.204	287.894
Não circulante	85.485	84.473	85.485	84.473

13. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS – CONTROLADOR / CONSOLIDADO

O Banco adota procedimentos de reconhecer créditos tributários de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CS) sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, com base nas alíquotas vigentes de 25% para imposto de renda e 20% (25% para o crédito que será realizado no período do segundo semestre de 2021) para contribuição social. Os créditos tributários são constituídos em conformidade com a Resolução CMN nº 4.842 de 30 de julho de 2020, e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. Para fins de consolidado, em 30 de junho de 2021 não foi constituído crédito tributário na IB DTVM decorrente de prejuízo fiscal no valor de R\$ 612 (31/12/2020 – R\$ 612).

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021**

(Em milhares de Reais)

a. Natureza e origem dos créditos tributários

	06.2021			12.2020		
	IR	CS	Total	IR	CS	Total
Diferenças temporárias:						
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	15.800	14.176	29.976	12.457	9.964	22.421
Marcação a mercado de papéis	6.224	4.979	11.203	6.948	5.558	12.506
Passivo contingente	15.813	11.797	27.610	14.368	10.642	25.010
Total	37.837	30.952	68.789	33.773	26.164	59.937

b. Expectativa de realização

Com base em estudo técnico preparado pela Administração, a expectativa de realização dos créditos tributários em 30 de junho de 2021 é a seguinte:

Exercícios	Expectativa de realização por exercício	Valor presente (i)
2021(ii)	15.363	15.080
2022	7.825	7.401
2023	3.426	3.122
2024	2.180	1.914
2025	39.995	33.839
	68.789	61.356

(i) Para descontar os créditos tributários a valor presente foi utilizada a taxa do DI de 30 de junho de 2021 (0,31% a.m.);

(ii) Houve impacto de R\$ 1.536 devido à majoração da alíquota da CS em 5% conforme Lei nº 14.183/21.

c. Movimentação dos créditos tributários no período

	06.2021	12.2020
Saldo no início no período	59.937	47.681
Constituição no período	13.292	20.995
Reversão / realização no período	(4.440)	(8.739)
Saldo no fim no período	68.789	59.937
Representatividade dos créditos tributários sobre o patrimônio líquido (%)	10,80%	10,11%

d. Despesa com imposto de renda e contribuição social – Controlador (acumulado)

	06.2021		12.2020	
	IR	CS	IR	CS
Lucro líquido antes da tributação	60.887	60.887	48.436	48.436
Remuneração do capital (JCP)	(13.000)	(13.000)	(3.000)	(3.000)
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	47.887	47.887	45.436	45.436
Adições / exclusões	20.477	20.477	1.357	1.357
Resultado de equivalência patrimonial	(1.562)	(1.562)	272	272
Créditos baixados como prejuízo	(9.867)	(9.867)	(9.686)	(9.686)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	23.242	23.242	7.487	7.487
Passivos contingentes, cíveis / trabalhistas e fiscal	5.778	5.778	3.158	3.158
Ajuste a valor de mercado	(6)	(6)	(18)	(18)
Lucro no exterior	1.397	1.397	-	-
Outras inclusões / exclusões	161	161	144	144
Doações	1.334	1.334	-	-
Base de cálculo	68.364	68.364	46.793	46.793
Encargos às alíquotas de 15% (IR) e 15% (CS) – a partir de março/2020 20% (CS)	10.255	13.673	7.019	8.632
Adicional de IR a 10% sobre parcela excedente a R\$ 240	6.824	-	4.667	-
Incentivos fiscais	(423)	-	(290)	-
IR / CS Diferidos	1	1	4	3
Efeito ajuste JCP Dez./2020	2.395	1.884	-	-
Imposto de renda / contribuição social	19.052	15.558	11.400	8.635

14. OUTROS ATIVOS

a. Bens não de uso próprio

	Controlador e consolidado	
	06.2021	12.2020
Imóveis	145.879	158.186
Total	145.879	158.186
Circulante	145.879	158.186
Não circulante	-	-

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021**

(Em milhares de Reais)

b. Despesas antecipadas

	Controlador e consolidado	
	06.2021	12.2020
Comissão e prêmios	34	26
Despesas antecipadas (i)	1.286	1.128
Total	1.320	1.154
Circulante	1.282	755
Não circulante	38	399

(i) Representado, basicamente, por comissões pagas pela intermediação de concessão de operações de crédito, e que são diferidas pelo prazo dos contratos. Caso os créditos sejam cedidos a respectiva comissão é apropriada integralmente em resultado.

15. INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS

Informações sobre investimentos	06.2021			Total
	IB D.T.V.M.	IB Créditos	Outros	
Capital social realizado	4.116	1.483	-	-
Patrimônio líquido	4.777	2.672	-	-
Lucro / prejuízo líquido do semestre	(9)	173	-	-
Cotas	683.500	1.482.436	-	-
Participação no capital - %	99,64	99,99	-	-
Resultado da participação em controlada	(9)	173	-	164
Valor contábil dos investimentos	4.760	2.672	1.452 (*)	8.884
Operações realizadas em controladas (**)				
Ativo:				
Disponibilidades	12	307	-	319
Aplicação em depósitos interfinanceiros	4.795	-	-	4.795
Títulos e valores mobiliários	-	2.783	-	2.783
Resultado:				
Rendas com títulos e valores mobiliários	60	34	-	94
Rendas de prestação de serviço	25	941	-	966

Informações sobre investimentos	12.2020			Total
	IB D.T.V.M.	IB Créditos	Outros	
Capital social realizado	4.116	1.483	-	-
Patrimônio líquido	4.805	2.385	-	-
Lucro / prejuízo líquido do semestre	(7)	280	-	-
Cotas	683.500	1.482.436	-	-
Participação no capital - %	99,64	99,99	-	-
Resultado da participação em controlada	(7)	280	-	273
Valor contábil dos investimentos	4.769	2.499	1.251 (*)	8.519
Operações realizadas em controladas (**)				
Ativo:				
Disponibilidades	25	152	-	177
Aplicação em depósitos interfinanceiros	4.745	-	-	4.745
Títulos e valores mobiliários	-	2.634	-	2.634
Resultado:				
Rendas com títulos e valores mobiliários	130	63	-	193
Rendas de prestação de serviço	50	1.873	-	1.923

(*) Investimento para incentivo fiscais, títulos patrimoniais, ações e cotas e obras de arte

(**) Operações realizadas em condições de mercado, considerada a ausência de risco.

16. IMOBILIZADO DE USO

	Taxa anual de depreciação (%)	Controlador e Consolidado			
		06.2021		12.2020	
		Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Custo de aquisição	Depreciação acumulada
Outras imobilizações:					
Imóveis:					
Terreno	-	21.559	-	21.559	-
Edificações	4	6.033	(4.042)	6.033	(3.922)
Subtotal		27.592	(4.042)	27.592	(3.922)
Móveis e equipamentos	10	2.918	(1.542)	2.117	(1.478)
Sistema de comunicação	20	372	(274)	373	(271)
Sistema de processamento de dados	20	3.744	(2.877)	2.936	(2.828)
Sistema de segurança	10	71	(71)	71	(71)
Aeronaves / Veículos	20	27.711	(1.780)	27.711	(389)
Subtotal		34.816	(6.544)	33.208	(5.037)
Total		62.408	(10.586)	60.800	(8.959)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021**

(Em milhares de Reais)

17. DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS PASSIVOS – INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E OUTROS CLIENTES

a. Diversificação por produto

	Controlador		Consolidado	
	06.2021	12.2020	06.2021	12.2020
Depósitos à vista	127.124	106.404	126.972	106.367
Depósitos interfinanceiros	449.464	406.434	444.669	401.689
Depósitos a prazo	1.665.870	1.836.917	1.663.086	1.834.283
Operações compromissadas	48.179	12.712	48.179	12.712
Recursos de aceites e emissão de títulos (*)	1.247.761	1.199.963	1.247.761	1.199.963
Empréstimos no exterior (**)	738.439	338.827	738.439	338.827
Obrigações por repasses no País (***)	-	458	-	458
Obrigações por repasses no exterior (****)	251.988	342.171	251.988	342.171
Outros recursos	3.397	18.763	3.397	18.763
Total	4.532.222	4.262.649	4.524.491	4.255.233

(*) Captações de recursos via Letras Financeiras – LTEL R\$ 313.565 (31/12/2020 – R\$ 520.987) com garantia via recebíveis da instituição financeira e Letras Financeiras R\$ 494.622 (31/12/2020 – R\$ 386.582), Letras de Crédito Imobiliário R\$ 67.903 (31/12/2020 – R\$ 81.546) e Letras de Crédito do Agronegócio R\$ 371.671 (31/12/2020 – R\$ 210.848).

(**) São compostos basicamente por linhas externas para financiamento às exportações e importações de empresas brasileiras vencíveis até maio de 2022.

(***) Referem-se a repasses de recursos do FINAME, os quais foram liquidados em junho de 2021, sem novas operações.

(****) Em 1º de junho de 2017, o Banco Industrial do Brasil recebeu do IFC (International Finance Corporation) uma linha de crédito de US\$ 81,2 milhões nas seguintes condições: 1) empréstimo A no montante de US\$ 46,7 milhões pelo prazo de 5 anos (IFC + MCPP), que foram amortizados parcialmente em 15 de junho de 2019, 2020 e 2021; 2) empréstimo B de US\$ 34,5 milhões por um prazo de 2 anos feito junto a um sindicato de bancos, que foi liquidado integralmente em 15 de junho de 2019. Esses recursos são destinados a empresas com mulheres em sua gestão.

Em 26 de agosto de 2013, recebemos do DEG (Deutsche Investitions-und Entwicklungsgesellschaft mbH) um empréstimo sênior no montante de US\$ 15,0 milhões com vencimento em 8 anos. Em 13 de julho de 2017, recebemos do DEG um novo empréstimo sênior no montante de US\$ 15,0 milhões com vencimento em 7 anos. Em 30 de junho de 2020, recebemos mais um empréstimo sênior do DEG no montante de US\$ 12,0 milhões com vencimento em 7 anos. Os recursos das três linhas com o DEG, são destinados a empresas de médio porte, PMEs.

Todas essas linhas de crédito, exigem a manutenção de índices financeiros mínimos (*financial covenants*), que são monitorados trimestralmente.

b. Diversificação por prazo

	Controlador		Consolidado	
	06.2021	12.2020	06.2021	12.2020
Sem vencimento	127.124	106.404	126.972	106.367
A vencer em até 3 meses	937.566	957.153	937.355	957.009
A vencer entre 3 e 12 meses	1.846.919	1.875.490	1.841.534	1.869.892
A vencer entre 12 e 36 meses	1.526.939	1.143.321	1.524.956	1.141.684
A vencer entre 36 e 60 meses	78.673	149.184	78.673	149.184
A vencer entre 60 e 180 meses	15.001	31.097	15.001	31.097
Total	4.532.222	4.262.649	4.524.491	4.255.233

c. Despesas de captações, empréstimos, cessões e repasses

	Controlador		Consolidado	
	06.2021	12.2020	06.2021	12.2020
Operações de captações no mercado				
Depósitos interfinanceiros	7.160	5.465	7.100	5.381
Depósitos a prazo	30.739	24.788	30.680	24.724
Captações no mercado aberto	568	477	568	477
Letras de créditos do agronegócio	4.320	280	4.320	280
Letras de créditos imobiliários	986	1.801	986	1.801
Letras financeiras	15.116	9.274	15.116	9.274
Outros	1.925	943	1.925	943
Subtotal	60.814	43.028	60.695	42.880
Operações de empréstimos e repasses				
Despesas de obrigações com banqueiro no exterior	37.224	96.656	37.224	96.656
Obrigações por repasses no País	3	51	3	51
Obrigações por repasses no exterior	-	96.846	-	96.846
Subtotal	37.227	193.553	37.227	193.553
Total	98.041	236.581	97.922	236.433

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021**

(Em milhares de Reais)

18. PROVISÕES

O Banco e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

a. Contingências passivas e obrigações legais

As provisões reconhecidas contabilmente estão representadas por: (i) Ações Trabalhistas que objetivam ver reconhecidos direitos trabalhistas, tais como, horas extras, verbas acessórias, entre outras; e, (ii) Fiscais e Previdenciárias – Provisão para Riscos Fiscais representados por processos em que se discute a constitucionalidade ou legalidade da exigência de diversos impostos e contribuições; (iii) Cíveis - promovidas pelo cliente e/ou terceiro, visando o ressarcimento de despesas e/ou danos em decorrência de operação financeira ou alegado descumprimento de obrigação legal. Quando requerido pela Justiça, são efetuados depósitos judiciais, apresentados na rubrica "Outros créditos - Devedores por depósitos em garantia". Os processos de natureza fiscal e trabalhista seguem as normas do CPC 25, e os processos cíveis são calculados pela média histórica das perdas e ganhos ocorridos nos últimos 3 anos.

O Banco e suas controladas, com base na opinião de seus assessores legais, não esperam a ocorrência de perdas no desfecho desses processos, além das já provisionadas.

Existem 20 casos de reclamações trabalhistas classificados como possíveis pelos nossos assessores jurídicos, no montante de R\$ 6.360.

O cenário de incerteza de duração dos processos e a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas. A previsão de consumo das provisões é de até cinco anos.

b. Composição das provisões

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias indenizadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	Controlador	
	06.2021	12.2020
Provisão para contingências	97.510	91.257
Trabalhistas	14.949	11.808
Outras contingências fiscais (*)	70.119	69.645
Cíveis (**)	12.442	9.804
	Consolidado	
	06.2021	12.2020
Provisão para contingências	97.791	91.538
Trabalhistas	15.230	12.089
Outras contingências fiscais (*)	70.119	69.645
Cíveis (**)	12.442	9.804

(*) Outras Contingências Fiscais compreendem critérios de apuração de base de cálculo de PIS e COFINS, entre outros.

(**) Representa a perda histórica do Banco em relação aos processos em aberto. Questionamentos judiciais sobre indexação de contratos entre outros. A provisão é efetuada tomando-se por base o efetivo desembolso de acordos firmados historicamente.

São concedidos créditos por meio de avais e fianças vinculados a contratos de licitações, garantias judiciais e outros no montante de R\$ 148.042 (R\$ 137.015 em 31 de dezembro de 2020).

	Controlador e Consolidado	
	06.2021	12.2020
Garantias prestadas		
Vinculados a licitações, leilões	5.089	3.454
Fornecimento de mercadorias	19.493	21.294
Distribuição de TVM por Oferta Pública	12.500	-
Processos judiciais	66.731	65.910
Fianças bancárias	44.229	46.357
Total	148.042	137.015
Provisão para garantias prestadas		
Fornecimento de mercadorias	184	185
Distribuição de TVM por Oferta Pública	63	-
Processos judiciais	328	323
Fianças bancárias	169	179
Total	744	687

c. Movimentação das provisões

	Controlador				
	12.2020	06.2021			
	Saldo final	Adição à provisão	Utilização / reversão	Atualização Selic	Saldo final
Provisão para contingências	91.257	5.779	-	474	97.510
Trabalhistas	11.808	3.141	-	-	14.949
Outras contingências fiscais	69.645	-	-	474	70.119
Cíveis	9.804	2.638	-	-	12.442
Provisão para garantias prestadas	687	57	-	-	744
Total provisão	91.944	5.836	-	474	98.254

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021**

(Em milhares de Reais)

	Controlador				
	12.2019	12.2020			
	Saldo final	Adição à provisão	Utilização / reversão	Atualização Selic	Saldo final
Provisão para contingências	62.622	18.291	(64)	10.408	91.257
Trabalhistas	6.588	5.220	-	-	11.808
Outras contingências fiscais	48.857	10.380	-	10.408	69.645
Cíveis	7.177	2.691	(64)	-	9.804
Provisão para garantias prestadas	724	121	(158)	-	687
Total provisão	63.346	18.412	(222)	10.408	91.944

	Consolidado				
	12.2020	06.2021			
	Saldo final	Adição à provisão	Utilização / reversão	Atualização Selic	Saldo final
Provisão para contingências	91.538	5.779	-	474	97.791
Trabalhistas	12.089	3.141	-	-	15.230
Outras contingências fiscais	69.645	-	-	474	70.119
Cíveis	9.804	2.638	-	-	12.442
Provisão para garantias prestadas	687	57	-	-	744
Total provisão	92.225	5.836	-	474	98.535

	Consolidado				
	12.2019	12.2020			
	Saldo final	Adição à provisão	Utilização / reversão	Atualização Selic	Saldo final
Provisão para contingências	62.903	18.291	(64)	10.408	91.538
Trabalhistas	6.869	5.220	-	-	12.089
Outras contingências fiscais	48.857	10.380	-	10.408	69.645
Cíveis	7.177	2.691	(64)	-	9.804
Provisão para garantias prestadas	724	121	(158)	-	687
Total provisão	63.627	18.412	(222)	10.408	92.225

19. OUTROS PASSIVOS

	Controlador		Consolidado	
	06.2021	12.2020	06.2021	12.2020
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	1.615	34	1.615	34
Sociais e estatutárias	11.050	5.963	11.050	5.963
Fiscais e previdenciárias	35.600	46.454	35.706	46.583
Tributos sobre lucros a pagar	30.329	39.428	30.368	39.483
Impostos e contribuições a recolher	5.271	7.026	5.338	7.100
Negociação e intermediação de valores	162	366	162	366
Provisão para pagamentos a efetuar	10.829	10.275	10.884	10.332
Credores diversos – país / exterior	92.299	20.393	92.594	20.631
Diversas	904	1.124	904	1.124
Total	152.459	84.609	152.915	85.033
Circulante	152.459	84.609	152.915	85.033

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

Em 30 de junho de 2021, o capital social de R\$ 386.077 (31/12/2020 – R\$ 386.077) do Banco, totalmente integralizado, é representado por ações nominativas, sendo 117.604.977 ordinárias, pelo valor nominal de R\$ 3,282829 e 59.540.196 preferenciais, pelo valor nominal de R\$ 6,484308. Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido ajustado consoante legislação em vigor. Em 30 de dezembro de 2020 conforme AGE foi efetuado aumento de Capital no montante de R\$ 16.300, Capital a integralizar no montante de R\$ 2.445. Esta AGE foi retificada em 16 de abril de 2021 com aumento efetivo de R\$ 13.855, sendo que R\$ 2.930 foram incorporados da reserva estatutária. O processo está em análise no Banco Central do Brasil aguardando homologação.

b. Reservas

Reserva de lucro - Reserva legal

A Reserva legal é constituída de acordo com a legislação vigente pela destinação de 5% do lucro líquido do período, limitado a 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. O valor constituído de reserva legal em 30 de junho de 2021 foi de R\$ 1.822 (31/12/2020 – R\$ 3.198). O saldo da reserva legal em 30 de junho de 2021 atingiu o montante de R\$ 31.441 (31/12/2020 – R\$ 29.619).

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021**

(Em milhares de Reais)

Retenção de lucros – Reservas estatutárias

O estatuto do Banco prevê a destinação de reserva, à disposição dos órgãos estatutários, para futuros investimentos com a parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. O valor constituído de reserva estatutária em 30 de junho de 2021 foi de R\$ 21.610 (31/12/2020 – R\$ 34.459). O saldo da reserva estatutária em 30 de junho de 2021, que inclui o ajuste da JCP de R\$ 9.813 atingiu o montante de R\$ 218.537 (31/12/2020 – R\$ 190.044).

c. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido ajustado consoante legislação em vigor.

Durante o primeiro semestre de 2021, o Banco pagou a remuneração do capital próprio (JCP) aos acionistas, calculada sobre as contas de patrimônio líquido, com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, no montante de R\$ 13.000 (R\$ 26.300 distribuídos no exercício 2020).

21. DESPESAS DE PESSOAL

	Controlador		Consolidado	
	06.2021	12.2020	06.2021	12.2020
Honorários – Diretoria e Conselho de Administração	2.762	2.737	2.762	2.737
Benefícios (i)	5.937	5.530	6.086	5.685
Encargos sociais	5.552	5.553	5.655	5.657
Proventos	20.400	17.104	20.694	17.407
Outros	153	110	153	110
Total	34.804	31.034	35.350	31.596

(i) Contempla os seguintes benefícios: assistência médica, alimentação, vale-transporte, entre outros.

22. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Controlador		Consolidado	
	06.2021	12.2020	06.2021	12.2020
Água, Energia e Gás	327	284	330	288
Aluguéis	879	1.447	906	1.472
Comunicações	1.303	1.381	1.318	1.393
Manutenção e conservação	1.290	1.134	1.291	1.138
Material	198	147	199	147
Processamento de dados	4.091	4.970	4.091	4.970
Relações públicas	978	480	978	482
Publicações	253	231	253	234
Seguros	80	39	80	39
Sistema financeiro	955	786	990	807
Serviços de terceiros	3.652	2.351	3.662	2.361
Serviços técnicos especializados	2.176	2.608	2.224	2.654
Transporte	140	185	140	186
Viagem ao exterior	48	17	48	17
Viagem no país	92	89	92	90
Outras	1.357	531	1.365	536
Amortização e depreciação	1.627	705	1.627	705
Total	19.446	17.385	19.594	17.519

23. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Controlador		Consolidado	
	06.2021	12.2020	06.2021	12.2020
Tributos Federais / Municipais	952	1.013	979	1.040
ISS	425	523	473	571
COFINS	7.393	5.605	7.469	5.682
PIS	1.201	911	1.217	927
Outros	474	1.469	475	1.469
Total	10.445	9.521	10.613	9.689

24. OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS

	Controlador		Consolidado	
	06.2021	12.2020	06.2021	12.2020
Outras receitas operacionais	1.862	5.826	1.866	5.827
Variação monetária ativa	711	972	711	973
Lucros na alienação de valores e bens	1.151	4.854	1.151	4.854
Outras	-	-	4	-
Outras despesas operacionais	(7.528)	(10.626)	(7.528)	(10.626)
Provisões para contingências	(5.778)	(3.158)	(5.778)	(3.158)
Garantias financeiras prestadas	(56)	-	(56)	-
Prejuízo na venda de valores e bens	(360)	(7.461)	(360)	(7.461)
Doações	(1.334)	-	(1.334)	-
Outras	-	(7)	-	(7)
Total	(5.666)	(4.800)	(5.662)	(4.799)

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021**

(Em milhares de Reais)

25. INDICADORES DE RISCO (BASEILEIA) E LIMITES OPERACIONAIS

O índice de comprometimento do patrimônio de referência para o risco de operações é de 13,0% em 30 de junho 2021 (12,7% em 31 de dezembro de 2020).

	Consolidado	
	06.2021	12.2020
Patrimônio de referência	624.348	592.856
Patrimônio de referência nível I	624.348	592.856
Títulos Patrimoniais	10	10
Patrimônio de Referência para Limite de Imobilização	624.338	592.846
Patrimônio de referência (a)	624.348	592.856
Alocação de capital por risco		
RWAcpad – crédito	341.275	337.809
RWAcam – câmbio	2.828	655
RWAjur – mercado	7.673	7.199
RWAopad – operacional	31.222	28.236
Patrimônio de referência exigido (b)	382.998	373.899
Margem (a-b)	241.350	218.957
RBAN - Juros de carteira não negociável	(33.598)	(58.127)
Margem (a-b)	207.752	160.830
Ativo ponderado pelo risco (i) (c)	4.787.475	4.673.731
Índice de Basileia (a/c)	13,0%	12,7%

Por meio da Resolução nº 4.783/20 do BACEN, implantou-se uma nova metodologia de apuração do ACP-Conservação, tendo em vista os reflexos da pandemia do COVID-19:

- 1,25% sobre o RWA, no período de 1º de abril de 2020 a 31 de março de 2021;
- 1,625% sobre o RWA, no período de 1º de abril de 2021 a 30 de setembro de 2021;
- 2,00% sobre o RWA, no período de 1º de outubro de 2021 a 31 de março de 2022; e,
- 2,5% sobre o RWA, a partir de 1º de abril de 2022.

26. VALOR DE MERCADO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As Demonstrações Financeiras são elaboradas com base em critérios contábeis que pressupõem a continuidade normal das operações do Banco e de suas controladas. O valor contábil dos instrumentos financeiros, registrados ou não em contas patrimoniais, aproxima-se do valor que por eles poderia-se obter através de negociação em mercado ativo ou, na ausência deste, aproxima-se do valor presente dos fluxos de caixa ajustados pela taxa de juros vigente no mercado. Isso não se aplica aos itens a seguir, para os quais demonstramos o valor contábil e o respectivo valor que seria obtido no mercado ativo ou o valor presente do fluxo de caixa, que denominamos valor de mercado.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros do Banco foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. O Banco e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a. Composição dos saldos

	06.2021		
	Valor contábil	Valor de mercado	Ganho / (perda) potencial
Ativos			
Operação de crédito	4.627.359	5.173.556	546.197
Passivos			
Depósitos e captações	3.485.424	3.519.911	(34.487)
Recursos de repasses	251.988	268.422	(16.434)
Total			495.276
	12.2020		
	Valor contábil	Valor de mercado	Ganho / (perda) potencial
Ativos			
Operação de crédito	4.019.974	4.595.647	575.673
Passivos			
Depósitos e captações	3.544.971	3.571.086	(26.115)
Recursos de repasses	342.629	363.005	(20.376)
Total			529.182

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021**

(Em milhares de Reais)

b. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado

Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos e investimentos: baseiam-se em cotações de preços de mercado na data do balanço. Se não houvesse cotação de preços de mercado, os valores seriam estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

Operações de crédito prefixadas: foram determinadas mediante desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando as taxas de juros praticadas pelo Banco e por suas controladas em novos contratos de características similares. As referidas taxas são compatíveis com o mercado na data do balanço.

Depósitos e recursos de repasses: foram calculados mediante o desconto da diferença entre fluxos de caixa nas condições contratuais e as taxas praticadas no mercado na data do balanço.

Limitações: Os valores de mercado foram estimados na data do balanço, baseados em “informações relevantes de mercado”. As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas apresentadas.

c. Garantias

O Banco e suas controladas na formalização de seus instrumentos financeiros não contam com garantias que possam ser vendidas ou repenhoradas sem que não ocorra inadimplência do devedor.

27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme o CPC 05 as partes relacionadas são definidas como sendo seus controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares. Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro 2020, bem como as transações que influenciaram o resultado dos períodos, estão resumidas na Nota Explicativa nº14 (Investimento em participações em Controladas e Coligadas).

Além desses valores, os depósitos a prazo, letras de crédito imobiliário, letra de crédito do agronegócio e debêntures com partes relacionadas totalizam R\$ 97.108 em 30 de junho de 2021 (R\$ 79.209 em 31 de dezembro de 2020), cujas taxas estão entre 100% a 127% do DI, com prazos de vencimento até outubro de 2025, operações de crédito no montante de R\$ 4.839 da Camacorp Visão Gráfica Ltda. e R\$ 2.008 River Participação e Incorporação Ltda. (R\$ 5.516 da Camacorp Visão Gráfica Ltda. em 31 de dezembro de 2020), as operações de crédito estão de acordo com a Resolução do BACEN nº 4.693/18.

Remuneração dos Diretores e do Conselho de Administração: (i) os Diretores são os representantes legais do Banco, responsáveis, principalmente, pela sua administração cotidiana e pela implementação das políticas e diretrizes gerais estabelecidas pelo Conselho de Administração. São todos brasileiros e residentes no Brasil. De acordo com o Estatuto Social do Banco, a Diretoria deve ser composta por 5 a 12 membros (artigo 6º do Estatuto Social do Banco). No primeiro semestre de 2021, a remuneração dos administradores formada por honorários fixos totalizou R\$ 2.762 (R\$ 2.737 no primeiro semestre de 2020).

As despesas com remuneração dos diretores estão registradas na rubrica contábil “Despesas de honorários – Diretoria e Conselho de Administração”. A remuneração da Administração foi fixada em R\$ 10.000 na Assembleia Geral Ordinária de 20 de abril de 2015.

28. SEGUROS

O Banco adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de Demonstrações Financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. A apólice de seguro foi contratada junto à Chubb Seguros Brasil S.A., com vigência de 17 de junho de 2021 a 17 de junho de 2022, englobando uma única apólice garantindo matriz e filiais.

Local de risco

	<u>Valor em risco</u>
Matriz	150.000
Ag Campinas	600
Ag Curitiba	600
Ag RJ	500
Ag Goiânia	500
Ag Belo Horizonte	500
Ag Salvador	300
Ag Rio Branco	150
Ag Manaus – Em fase de registro	150
Ag Macapá	100

A apólice inclui ainda sublimites conforme descrito a seguir:

Cobertura do seguro

	<u>Sublimites</u>
Incêndio / raio / explosão / implosão / fumaça	100.000
Lucros cessantes (lucro líquido + despesas fixas decorrentes da cobertura básica)	18.000
Vendaval / furacão / impacto de veículos / queda de aeronaves / granizo / tornado	3.000
Responsabilidade civil operações	2.000
Equipamentos eletrônicos	1.000
Alagamentos/inundação	500
Roubo e furto de bens	500
Danos elétricos	500
Responsabilidades contingentes	200
Responsabilidade garagista / incêndio / roubo	300
Perda e/ou pagamento de aluguel	500
Despesas com desentulho do local em decorrência de incêndio, raio e explosão	200
Quebra de vidros	200
Roubo no interior do estabelecimento	100
Vazamento acidental de tanque, ruptura encanamento ou tubulações do imóvel	200
Roubo fora do estabelecimento	100
Fidelidade de empregados	1.000

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021***(Em milhares de Reais)***29. OUTRAS INFORMAÇÕES**

- (a) O Banco não tem por política oferecer plano de pensão e/ou quaisquer tipos de benefícios pós-emprego a funcionários.
- (b) O Banco conta com um único acionista, Sr. Carlos Alberto Mansur, que acumula ainda as funções de Diretor-Presidente e Presidente do Conselho de Administração.

30. COMPOSIÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	Controlador		Consolidado	
	06.2021	12.2020	06.2021	12.2020
No início do período	<u>517.687</u>	<u>365.770</u>	<u>517.828</u>	<u>365.837</u>
Caixa e equivalentes de caixa	517.687	365.770	517.828	365.837
No final do período	<u>358.832</u>	<u>517.687</u>	<u>358.998</u>	<u>517.828</u>
Caixa e equivalentes de caixa	358.832	517.687	358.998	517.828

31. COVID-19

Os reflexos causados pelo Covid-19 durante a Pandemia nas operações do Banco foram notados principalmente com relação ao aumento de 67,6% na carteira de operações de crédito, se comparada com o mesmo semestre do exercício anterior. Este aumento está diretamente relacionado ao Programa Emergencial de Acesso ao Crédito do BNDES, lançado durante a Pandemia, que encerrou-se em dezembro de 2020.

Adicionalmente, vide abaixo as medidas preventivas implementadas para que sejam evitadas contaminações durante a jornada de trabalho dos colaboradores:

- Nenhuma pessoa poderá entrar nas dependências do BIB sem aferição de temperatura corporal;
- As dependências do BIB são higienizadas com frequência;
- As catracas e os dispositivos eletrônicos de acesso às áreas internas foram temporariamente desativados para se evitar o contágio;
- As marcações do ponto eletrônico dos funcionários são efetuadas através do crachá por aproximação, sem a necessidade de ter contato com o equipamento, para não haver risco de contágio;
- Todos os colaboradores utilizam máscaras de proteção nas dependências do BIB;
- Está disponível em todos os andares álcool em gel e espuma para todo o público interno (colaboradores, visitantes, prestadores de serviço etc.);
- Orientações para o uso de elevadores com no máximo duas pessoas;
- Desenvolvimento de campanha educativa (*e-mails*, cartazes, comunicados diversos);
- Marcação indicativa de distância mínima entre pessoas no piso do *hall* de entrada, na recepção;
- Política de janelas e portas internas abertas para assegurar suficiente ventilação nos ambientes;
- Higienização frequente de equipamentos, mesas, cadeiras, interruptores etc.;
- Distanciamento entre pessoas;
- É necessário apresentar para área de Recursos Humanos o teste de Covid-19, para os colaboradores que retornarem de férias ou licença.

Adicionalmente, além das medidas citadas acima, o Banco Industrial do Brasil realizou testes quinzenais para a detecção de anticorpos para Covid-19 (IGM e IGG) nos colaboradores entre setembro de 2020 até março 2021. Após esta data passou a realizar testes mensais com a mesma finalidade. Para a realização dos testes é efetuado um processo de triagem através da abordagem do questionário da Organização Mundial da Saúde (OMS), para identificação de sinais / sintomas e contato recente com o vírus. Em casos de resultados positivos, os Colaboradores são imediatamente afastados para a realização da confirmação viral através de RT PCR (vias respiratórias), bem como são adotados protocolos institucionais baseado nos riscos de cada área / atividade.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**A DIRETORIA****DALMO GOES - Contador**
CRC 1SP 144.600/O-2 - CPF 028.235.258-90

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração do

Banco Industrial do Brasil S.A.

São Paulo - SP

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do Banco Industrial do Brasil S.A. ("Banco"), identificadas como controlador e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco Industrial do Brasil S.A. em 30 de junho de 2021, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores - A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, e ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 04 de agosto de 2021.